

Ulysses confia que acordo com PFL saia até terça

BRASÍLIA — Os interesses do Governo, do PMDB e do PFL na questão da soberania da Assembleia Nacional Constituinte deverão estar conciliados até terça-feira de carnaval. Depois de uma conversa de quatro horas com o Presidente José Sarney no Sítio São José do Pericumã, ontem, o Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, demonstrou otimismo quanto ao entendimento:

— Foi uma conversa de namorados, se vocês (jornalistas) me permitirem palavras mais descontraídas — disse Ulysses.

As divergências entre o PFL e o PMDB são normais, segundo Ulysses, que defendeu a manutenção da Aliança Democrática, "uma maioria conquistada pelas urnas em torno de

princípios e compromissos entre os dois partidos".

Discordâncias fazem parte do processo democrático e existem mesmo dentro do PMDB. O essencial é que o Presidente Sarney foi eleito por esta Aliança. Temos estas responsabilidades: o Presidente de governar e nós de apoiarmos o Governo.

A posição do PFL, pelo funcionamento normal da Câmara e do Senado durante os trabalhos da Constituinte, inviabiliza qualquer possibilidade de acordo. A afirmação foi feita pelo Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luís Henrique, acrescentando que este é o pensamento de Ulysses e que o PFL "está ampliando as dificuldades".

Explicou que a decisão do Senado,

de funcionar normalmente até que os constituintes se pronunciem a respeito, desagradou profundamente o Presidente do PMDB e da Constituinte. Ulysses, de acordo com Luís Henrique, não admite qualquer solução fora daquela que está sendo proposta pelo substitutivo do Senador Fernando Henrique ao Regimento Interno da Constituinte, prevendo o funcionamento da Câmara e do Senado apenas quando convocados extraordinariamente.

O PFL considera que este ponto é polêmico e seu Líder no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou ontem que não será fechado nenhum acordo com o PMDB enquanto esses e outros pontos não forem discutidos.

— Está havendo precipitação. Algumas pessoas querem passar direto

de confronto para o acordo, apenas quebrando o gelo. Vamos começar tudo de novo, na mesa de negociação.

Para o Líder do PFL, a emenda do Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que trata da soberania da Constituinte não é solução, mas apenas parte do entendimento. E insistiu que seu partido não abrirá mão do funcionamento pleno das duas Casas do Congresso:

— Conversei na sexta-feira com o Presidente Sarney e ele repetiu que a Constituinte não foi convocada para impedir que Câmara e Senado funcionem normalmente. Todos reconhecemos a prioridade da Constituinte, mas não aceitamos a exclusão da Câmara e do Senado. Recesso branco é inconstitucional e inaceitável — sublinhou Chiarelli.

Apesar das ponderações de Chiarelli, antes de Ulysses chegar ao sítio de Sarney para negociar o fim do impasse sobre a soberania da Assembleia, uma parte do acordo já era tida como fechada: a emenda de Maurílio seria acrescida de uma expressão definindo e restringindo as possibilidades de modificação da Constituição atual.

O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, considerava ponto pacífico colocar "um ferrolho" na versão de Maurílio para o parágrafo 7º do Regimento, considerada "muito aberta" pelo Governo. Isso aconteceria com a introdução da expressão "fato concreto", impedindo a Constituinte de alterar a ordem constitucional sem nenhuma ocorrência no

caso, a preocupação seria a de evitar que os constituintes alterem a duração do mandato do Presidente Sarney, fixada na Carta em vigor.

O Governo já sabia que Ulysses estava disposto a transigir neste ponto e foi ele próprio que sugeriu a adoção da expressão "fato concreto", numa conversa com o Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ). Só não estava disposto a ceder no caso do funcionamento do Senado e da Câmara, pois desde o ano passado, quando lançou a idéia de substituí-los por uma comissão de 70 parlamentares, ele vem trabalhando em favor da minimização da Câmara e do Senado perante a Constituinte.

— Esta é a parte mais difícil da conversa — reconheceu Lourenço.

Sant'Anna vai fazer bloco do Governo com os 'moderados'

BRASÍLIA — O Governo já desistiu de buscar respaldo junto a uma parcela do PMDB e concentrará atenções, especialmente através de seu Líder no Congresso, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), no atendimento dos "interesses pragmáticos" de parlamentares "moderados" dos diversos partidos. Logo depois do carnaval, anuncia alta fonte do Palácio do Planalto, Sant'Anna tratará dos interesses do Executivo no Parlamento, usando todos os instrumentos de que o Governo dispõe para consolidar sua base de apoio.

Esses instrumentos capazes de atender aos "interesses pragmáticos" de deputados e senadores compreendem, segundo o informante, desde a redistribuição dos quase dez mil cargos do Governo federal nos Estados até o atendimento de reivindicações administrativas.

De acordo com o importante assessor do Presidente Sarney, há basicamente um limite estabelecido antecipadamente para as negociações de que se ocupará o Deputado Sant'Anna em busca da consolidação da base do Governo: a reforma do Ministério é de exclusiva competência do Presidente Sarney e só ele tratará do assunto.

O Líder do Governo já sabe com que instrumentos pode contar e só "por falta de tempo" ainda não os mobilizou. Sant'Anna, reconheceu o informante, teve o início de sua atuação atropelada pela necessidade de se envolver na formulação do Regimento Interno da Constituinte.

Sant'Anna, na verdade, não conseguiu ir além da distribuição de um formulário aos parlamentares, para identificação de seus interesses e de

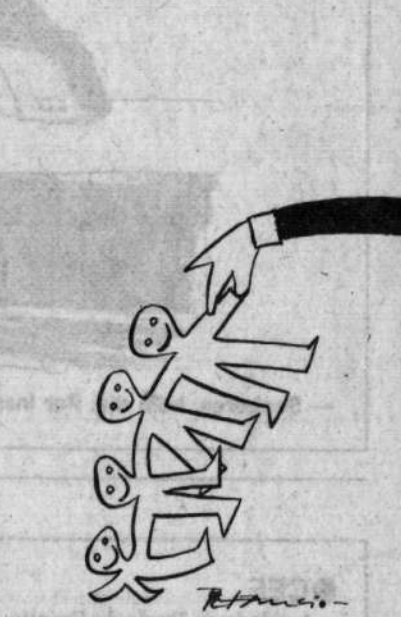
suas esposas, e da dramática invocação à amizade dos parlamentares pelo Presidente Sarney. Este recurso ele adotou para fazer com que deputados e senadores se retraiam de plenário na noite de quarta-feira, para evitar o quórum necessário à votação do Regimento Interno.

O que o Líder do Governo acionará depois do carnaval, ao se dedicar à tarefa de contribuir para a consolidação das bases do Governo no Parlamento, é um elenco de instrumentos de que o próprio Presidente Sarney utiliza, de seu gabinete no Palácio do Planalto, para criar ou cultivar relações próximas com os políticos.

Há alguns meses, alertado, o Presidente descobriu que havia atendido nada menos que 30 pedidos de liberação de verbas e outras reivindicações para um deputado da Aliança Democrática que sistematicamente votava contra o Governo. Avisado, Sarney decidiu ser menos pródigo com os infelizes.

Com quase um mês de trabalhos da Constituinte e pressionado pela urgência de formar um bloco de apoio, Sarney tem se empenhado na busca deste objetivo através de sua conhecida boa vontade em atender pessoalmente os constituintes. Papel e caneta na mão, ele ouve atenciosamente os pedidos — feitos normalmente nas manhãs, quando recebe parlamentares de dez em dez minutos —, anota e quase sempre resolve.

O mais recente exemplo da ação pessoal do Presidente é o Deputado Hélio Costa (PMDB-MG), que se revela um assumido e convicto integrante da "bandada do Sarney". Costa relata que em seu primeiro mês



como deputado não encontrou qualquer barreira no Governo às suas reivindicações, pois já obteve a liberação de oito verbas pedidas para a sua região, Barbacena. E não precisou de intermediários, pois o Presidente Sarney, que considera um amigo, o atendeu pessoalmente.

Além do Presidente, a assessora Roseana Sarney Murad e o Ministro Marco Maciel recebem parlamentares para conversas e, segundo assessores, a ampliação e os bons resultados dos programas da Secretaria Especial de Ação Comunitária e da LBA também podem ajudar. Esclarecem que os programas não têm fina-



lide política nem contam com verba para políticos, mas seu sucesso pode ser capitalizado por parlamentares próximos ao Governo nas regiões beneficiadas.

Uma peça-chave do Palácio do Planalto para articulações da Constituinte é o Subchefe para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Eduardo Hargreaves, que trocou o seu gabinete no quarto andar do Palácio pelos movimentados corredores e gabinetes do Congresso, onde passa os dias em conversas ao pé-do-ouvido. Ele vem trabalhando em sintonia com o Líder do Governo,

Carlos Sant'Anna, na formação de um bloco de confiança do Governo na Constituinte.

Na avaliação do Governo, não é possível quantificar ainda a bancada que lhe dará apoio nos momentos cruciais, mas o Palácio já sabe, seguramente, quem será sempre contra o Governo. Neste rol estão, segundo os cálculos, entre 90 e cem constituintes, incluindo os partidos de oposição e uma parcela do PMDB.

As primeiras votações da Constituinte servem já como um indicador do que o Governo terá pela frente. A assembleia política do Palácio não se declara assustada com o chamado "grupo progressista" do PMDB, com cerca de 50 integrantes, que defende a soberania da Assembleia para re-

formar a atual Carta. Pela avaliação oficial, os verdadeiros "xiitas" deste grupo — aqueles que o Governo considera radicais — não passam de dez ou 15, que comandam os demais. Entre os alinhados pelo Palácio do Planalto como "contra o Governo", alguns são apontados como "oposição séria" — por exemplo, o Líder do PCB, Roberto Freire, e o Deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ). O raciocínio é que, embora o Governo não possa contar com estas pessoas, sabe que elas não votarão contra propostas "apenas para serem contra" e terão discernimento para avaliar o conteúdo de cada matéria independentemente da posição do Palácio.

Lysáneas Maciel surpreende-se com a boa cotação, pois sua experiência não tem sido das melhores com o que denomina de "lobby do Governo na Constituinte", que considera maior do que o de qualquer outro setor. Autor de uma emenda ao

Regimento para impedir os militares de se manifestarem sobre qualquer assunto submetido à apreciação da Constituinte — inclusive o mandato presidencial —, Lysáneas denuncia uma campanha dos assessores parlamentares do Governo, especialmente dos Ministérios militares, para classificar-lo como "radical e provocador" junto aos demais constituintes.

Já soube que vários deputados estão sendo procurados por estes assessores, que dizem que minha emenda é uma provocação — conta, exibindo uma cópia de matéria publicada quando foi cassado, no Governo Geisel. O material foi recebido por deputados da bancada evangélica em seus gabinetes. Segundo Lysáneas, o objetivo é "assustar os novos deputados, para que não se juntem aos mais combativos".

Na opinião de Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), a presença do lobby foi "visível" já nos primeiros dias. Ele já foi procurado por diversos assessores parlamentares que não se animaram, por enquanto, a conversar sobre temas concretos, limitando-se a estabelecer uma "política de boa vizinhança".

Há quem diga que o Governo jamais terá quantificada uma bancada de confiança, já que os apoios são fluidos de tema para tema. Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), "progressista" que apresentou a primeira proposta de soberania da Constituinte e depois fez acordo com o Governo, diz até onde vai o apoio, para o seu grupo:

— Temos consciência da necessidade de defender a estabilização do processo político. Nisso o Governo é o principal interessado e nós também.

Congresso será instalado sem qualquer definição sobre seu funcionamento

BRASÍLIA — O Congresso Nacional realiza hoje, às 10 horas, sessão solene de instalação, na qual será lida mensagem do Presidente José Sarney, sem ter ainda uma definição sobre o funcionamento da Câmara e do Senado, objeto de polêmica na elaboração do Regimento Interno da Constituinte.

A Mesa do Senado, que preside a sessão de hoje, não tem ilusões quanto ao comparecimento: deverá ser bastante reduzido por causa do domingo de Carnaval. A sessão não pode ser transferida porque é a Constituição que ordena sua realização em 1º de março. Não há exigência regimental de número.

De acordo com o ritual, o

Presidente do Senado, Humberto Lucena, será recepcionado na entrada principal do prédio pelos Secretários-Gerais das Mesas das duas Casas e conduzido até o plenário da Câmara. Abrirá a sessão e pedirá aos líderes partidários que introduzam no recinto o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, portador da mensagem presidencial. Esta será lida pelo Primeiro-Secretário do Senado, Jutahy Magalhães, e então Lucena encerrará a sessão, sem outros pronunciamentos. Um coquetel será oferecido às autoridades convidadas — Ministros de Estado e Embaixadores — no Salão Negro do Senado, cuja primeira sessão ordinária será dia 9.

Em mensagem, Presidente diz o que espera da futura Carta

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney diz, em mensagem ao Congresso Nacional a ser lida na sessão de instalação da nova legislatura, marcada para as 10 horas de hoje, que espera da futura Constituição o estabelecimento de uma ordem política estável e participativa, uma ordem social com respeito aos princípios da solidariedade e uma ordem econômica mais justa e sem discriminações. Ele fala também da importância do funcionamento do Congresso, mas, segundo o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, na mensagem "não há nenhuma afirmação frontal nesse sentido".

No preâmbulo da mensagem, assinada ontem no Sítio São José do Pericumã, Sarney assinala que na política seu Governo promoveu uma transição pacífica e na economia não abriu mão do desenvolvimento. A situação econômica toma a maior parte do documento, com o Presidente fazendo um balanço do desempenho do Governo em 1986, tratando das perspectivas para 1987 e concluindo que o saldo é positivo.

Para Sarney, é fundamental preservar a normalidade e a estabilidade. Dentro dessa linha ele explica a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, afirmando que o serviço da dívida deve ser um encargo e um respeito

aos compromissos assumidos pelo Governo, mas não poderá ser motivo de estrangulamento. A função do Governo, afirma Sarney, é construir o futuro e a decisão quanto à dívida reafirma a recusa à recessão e ao desemprego.

No aspecto político, o Presidente diz que a Constituinte é responsável por um novo pacto social democrático, depois de fazer uma retrospectiva do processo político desde que assumiu o Governo, lembrando, inclusive, a emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Na análise do desempenho do Governo em 1986, a mensagem destaca, no campo econômico, a safra agrícola, a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, o Programa de Estabilização Econômica, as perspectivas a longo prazo e as estratégias de desenvolvimento.

No capítulo seguinte, sobre a política social, faz referência aos projetos governamentais como o de distribuição do leite, e explica que as metas relativas à reforma agrária foram revistas em função das dificuldades do processo de desapropriação.

Após um balanço da ação do Governo, Ministério por Ministério, a mensagem se encerra com várias tabelas dos indicadores da economia.